

Edimarcio A. Monteiro
edimarcio.augusto@ac.com.br

NO PRIMEIRO SEMESTRE

Campinas fechou o primeiro semestre deste ano com a criação de 10.778 postos de trabalho, número considerado tímido e insuficiente para reverter a crise econômica. Entre janeiro e junho, foram 112.519 admissões e 101.741 desligamentos, de acordo com o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), elaborado pelo Ministério do Trabalho e da Previdência Social. O resultado é 9,6% menor em comparação aos primeiros seis meses de 2021, quando foram criadas 11.925 vagas.

Economia não está crescendo de forma sustentada

“Eu até me surpreendi com o resultado. É algo positivo, melhor do que desemprego, no entanto, o número de empregos criados é pequeno e de baixa qualificação, com remuneração mais baixa”, aponta o coordenador do curso de Economia das Faculdades de Campinas (Facamp), José Augusto Gaspar Ruas. “A economia não está crescendo de forma consistente, sustentada”, argumenta o economista Cândido Ferreira da Silva Filho, professor da Pontifícia Universidade Católica (PUC) Campinas.

Após um ano desempregado, o armador Rojane Souza Santos comemora ter conseguido emprego recentemente. “Agora posso voltar a sonhar com alguma coisa”, afirmou ele, enquanto montava estruturas de ferro em uma obra no bairro Cambuí. Santos trabalha na construção civil, setor que contribui para o saldo positivo de empregos. Entre janeiro e junho, o segmento gerou 1.043 empregos, com média de 5,79 por dia, e foi o terceiro que mais criou vagas.

O também armador Antônio Rodrigues é um dos cinco contratados que começaram a trabalhar nas obras de um edifício de luxo - todos vindos de Estados do Nordeste, dois do Piauí e três do Maranhão. “Lá está muito difícil conseguir emprego, não tem”, garante Rodrigues, que aceitou o convite para voltar a trabalhar em Campinas. Com 16 anos de experiência, ele explica que é normal ir e voltar da terra natal. A última vez que havia trabalhado em Campinas foi em 2020, voltando para o Piauí durante o período mais crítico da pandemia de covid-19. Agora, ele espera continuar empregado na obra do edifício pelos próximos dois anos, período previsto para término da construção.

Perspectivas

De acordo como presidente

Campinas cria 9,6% empregos a menos que no ano passado

Resultado, de 10.778 vagas no 1º semestre de 2022, é considerado tímido e insuficiente



O armador Rojane Souza Santos comemora ter conseguido emprego: “Agora posso voltar a sonhar com alguma coisa”, afirmou, enquanto montava estruturas de ferro em uma obra

do Sindicato da Indústria da Construção Civil do Estado de São Paulo (SindusCon-SP). Oadir Senra, os empregos gerados no 1º semestre foram devido ao setor estar em franca atividade. A expectativa é a de que o Produto Interno Bruto (PIB) do setor - que é a soma de todos os serviços finais produzidos em um determinado período - feche o ano com crescimento superior a 3%, índice acima dos demais setores da economia. A alta prevista para o PIB nacional em 2022 é de 1,8%.

Senra observa que a construção civil conseguiu crescer e gerar empregos apesar dos desafios enfrentados, como o aumento dos preços dos materiais de construção e a elevação dos juros. No entanto, ele acredita que haverá redução no fôlego do setor no 2º semestre. “Devido ao cenário econômico e à queda de renda das famílias, continuamos com a perspectiva de redução do volume de contratos no segundo semestre, o que poderá impactar o ritmo das obras e a

geração de emprego em 2023”, avalia o presidente do SindusCon.

Junho

Com 1.947 postos de trabalho criados, junho foi o terceiro mês com melhor desempenho no primeiro semestre, atrás de fevereiro (2.616 vagas) e abril (2.165). O número é 40,1% menor em comparação a junho de 2021, quando o resultado positivo foi de 3.254 postos. Porém, o economista José Ruas considera a redução natural, uma vez que o país está em processo de retomada de várias atividades, depois dos períodos mais restritivos, com o isolamento social imposto pela pandemia em 2020.

Assim como nos outros meses deste ano, o setor de serviços liderou a criação de vagas, com 958 no total. O comércio no segundo posto, com 467, seguido pela construção civil, 259. A indústria na quarta colocação (230) e a agropecuária em 5ª (33).

O professor da PUC-Campinas, Cândido Ferreira da Sil-

va Filho, considera que a perspectiva para o 2º semestre deste ano é a de continuidade do aumento da oferta de empregos, apesar da alta da inflação e taxa de juros. Segundo Silva Filho, contribuirão para isso os pedidos do comércio para as vendas de final de ano, que chegam às indústrias a partir deste mês, e a injeção de R\$ 41,2 bilhões na economia pelo governo federal, mediante a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) dos Benefícios, que elevou ou criou auxílios temporários até dezembro.

Chamada de “PEC Kamikaze” pela oposição, ela amplia de R\$ 400 para R\$ 600 mensais o Auxílio Brasil; de R\$ 53 para R\$ 120,00 o valor de um botijão, a cada dois meses, o Auxílio Gás; criou benefícios para caminhoneiros e taxistas; além de destinar R\$ 500 milhões para a compra de alimentos produzidos por agricultores familiares e destinados a famílias em insegurança alimentar. “Esses recursos vão para o comércio, consumo, compra de alimentos... O

que é positivo e vai ajudar a manter a criação de empregos. Entretanto, está muito claro que essas medidas têm o caráter eleitoreiro”, avalia o coordenador do curso de Economia da Facamp. Para ele, a reversão da crise econômica e a geração de empregos de forma consistente somente ocorrerá de fato quando houver investimentos no país. Porém, ele lembra que todos os países enfrentam crise econômica e os investimentos estão escassos de uma forma geral.

José Ruas observa que a guerra entre a Rússia e a Ucrânia e o preço do petróleo, que pressionam a inflação em todo o mundo, “criam um cenário desafiador para qualquer governo”, tomando um desafio projetar o desempenho da economia em 2023.

Já o consultor financeiro Felipe Avelar acredita que “a proposta [PEC dos Benefícios] pode até ser um paliativo para a grave situação econômica pela qual passa o Brasil, mas a conta virá e será alta”. Para ele, “a tendência de elevação no consumo das fa-

mílias é momentânea e, após o período de duração da PEC, a situação econômica da população que receberá esses benefícios voltará a ser a mesma observada hoje (inicialmente) e depois se agravará.”

“Isso porque teremos consequências tanto no curto quanto no longo prazo. Com a elevação das despesas públicas, o país perde credibilidade junto ao mercado, a inflação sobe, há pressão sobre os juros e desemprego. E tudo isso cairá no colo do próximo presidente. Para as micro e pequenas empresas, em especial, esse é um cenário muito grave”, acrescenta Avelar.

Para ele, o fim da concessão e do aumento dos benefícios, já a partir de janeiro próximo, fará a economia desacelerar e os juros subirem, tornando o crédito mais caro e escasso. O consultor cita que um exemplo disso é o cenário atual de investimentos em startups no Brasil, que já sofrem com a atual alta nos juros e demitiram quase 3 mil funcionários no Brasil desde março.

Fotos: Gustavo Lima

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Correio Popular - Campinas/SP

Seção: Cidades Caderno: A Pagina: 6